



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 02 de Agosto de 2021
Lei nº 661, de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2173



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2452, DE 30 DE JULHO DE 2021.



"Dispõe sobre a permissão de uso de bens públicos municipais às Associações e aos Conselhos Rurais, na forma que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 70, VI, art. 86, I, "g" e art. 92, § 3º da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Ofício nº 60/2021 da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente que solicitou a confecção de instrumento de permissão de uso das máquinas agrícolas, adquiridas por meio do Convênio supramencionado, às Associações Rurais que especifica;

CONSIDERANDO que o art. 92 da Lei Orgânica Municipal prevê que "o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado";

CONSIDERANDO que as associações e conselhos comunitários rurais desenvolvem atividades de incentivo e apoio direto aos pequenos e médios produtores rurais, voltadas ao incentivo e ao fomento à produção agropecuária;

CONSIDERANDO que o bem será utilizado de acordo com a finalidade para a qual se destina;

CONSIDERANDO a manifesta existência de interesse público em permitir o uso do bem objeto da permissão a que se refere este Decreto, o que se evidencia pelo atendimento aos fins de interesse geral da coletividade, mediante a contribuição para o desenvolvimento no campo, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a dinamização das economias locais;

CONSIDERANDO, por fim, que nos termos do parágrafo 3º do art. 92 da Lei Orgânica Municipal, "a permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto";

DECRETA:

Art. 1º Ficam outorgadas permissões de uso de bens móveis às seguintes Associações e Conselhos Rurais do Município de Monte Carmelo, conforme discriminado no Anexo I deste Decreto:

I. Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Lagoa, inscrita no CNPJ sob o nº 08.691.007/0001-67;

II. Conselho de Desenvolvimento Comunitário Areado e Capão Rico, inscrito no CNPJ sob o nº 01.268.866/0001-40;

III. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Coxim/Confim, inscrita no CNPJ sob o nº 06.313.188/0001-04;

IV. Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Buritis, inscrito no CNPJ sob o nº 23.093.503/0001-54;

V. Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade de Brejãozinho, inscrita no CNPJ sob o nº 23.095.102/0001-33;

VI. Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Córrego de Cavallo, inscrito no CNPJ sob o nº 97.370.183/0001-79.

§ 1º As permissões de uso a que se referem o *caput* serão outorgadas a título precário e gratuito e vigorarão por prazo indeterminado, a partir da publicação deste Decreto, podendo ser revogadas a qualquer tempo, independentemente de indenização, a critério da Administração Pública Municipal, consoante razões de conveniência e oportunidade, sempre com fundamento no interesse público, ou cassadas por falta do permissionário, observado o devido processo administrativo, na hipótese de descumprimento das cláusulas contidas neste Decreto ou nos Termos de Permissão de Uso.

§ 2º Para possibilitar melhor fomento dos benefícios pretendidos e maior concretude à finalidade proposta, as Permissionárias viabilizarão, quando solicitado o uso dos implementos agrícolas às demais comunidades rurais próximas.

Art. 2º A permissão de uso será formalizada mediante termo de permissão de uso de bem móvel, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

I. que o(a) permissionário(a) é responsável pela preservação, manutenção, reparos e respectivas despesas no equipamento;

II. que o(a) permissionário(a) deverá disponibilizar o equipamento somente a profissionais habilitados para operação e condução;

III. que o(a) permissionário(a) ficará obrigado a prestar informações sobre o bem objeto deste Decreto, sempre que solicitado pelo Município;

IV. a prerrogativa do Município de Monte Carmelo de, a qualquer momento, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto e no termo de permissão de uso;

V. a natureza gratuita da permissão;

VI. a utilização segundo a finalidade exclusiva do uso do bem;

VII. a obrigatoriedade de disponibilização dos bens permitidos para as comunidades rurais próximas, quando solicitado, respeitada a finalidade e os termos estabelecidos neste Decreto e no respectivo termo;

VIII. a proibição da transferência dos direitos decorrentes da permissão a terceiros não discriminados no termo de permissão de uso;

IX. a proibição quanto à modificação do uso a que se destina, sem expressa e estrita concordância do Permitente;

X. a responsabilidade do(a) permissionário(a) por quaisquer danos ou prejuízos causados no bem, ou por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de seu uso;

XI. a possibilidade de extinção da permissão por ato administrativo do Município, independentemente do pagamento de qualquer indenização, nas hipóteses de interesse público devidamente justificado e de descumprimento de qualquer das cláusulas do respectivo termo de permissão de uso de bem público.

Art. 3º A permissão de uso de bens públicos municipais a que se refere este Decreto aperfeiçoa-se exclusivamente em função do relevante interesse público, considerando o benefício dos moradores da comunidade rural e a necessidade de fomento aos trabalhos voltados ao desenvolvimento social e econômico dos pequenos produtores rurais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 30 de julho de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

ANEXO I

ASSOCIAÇÃO OU CONSELHO/ PERMISSONÁRIO(A)	CNPJ	OBJETO/BEM	NÚMERO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL
Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Lagoa;	08.691.007/0001-67;	01 (uma) plantadeira com cabeçalho em viga tubular de alta resistência de 2.800MM, para mínimo de 03 (três) linhas;	23.181;
Conselho de Desenvolvimento Comunitário Areado e Capão Rico;	01.268.866/0001-40;	01 (um) trator agrícola LS, ano 2017/2017, série 1000004159, chassi 9BLP08001HG000159;	23.540;
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Coxim/Confim;	06.313.188/0001-04;	01 (uma) plantadeira e adubadeira JM-2040 3L CONV 3,00m DDP13	23.681;
Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Buritis;	23.093.503/0001-54;	01 (uma) colhedora de forragens, marca combine, modelo 60 master, cor amarela, ano 2018;	23.677;
Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade de Brejãozinho;	23.095.102/0001-33;	01 (um) trator agrícola LS, ano 2017/2017, série 1000004062, chassi 9BLP08001HG000096;	23.541;
Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Córrego de Cavallo;	97.370.183/0001-79;	01 (uma) colhedora de forragens, marca combine, modelo 60 master, cor amarela, ano 2018;	23.678.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 11.405, DE 30 DE JULHO DE 2021.

*"INSTAURA SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE FATOS
ENVOLVENDO SERVIDOR(A), CONFORME ESPECIFICA".*

A Procuradora Geral do Município, Dra. Iolanda Gomes Sunahara, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 366/2007, e com fundamento nos arts. 210 e seguintes, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

CONSIDERANDO ter chegado ao seu conhecimento, por meio do documento, protocolo 0047095/2021, informações de supostos fatos envolvendo a conduta profissional da servidora M.F.D., matrícula 441403;

CONSIDERANDO o disposto no art. 207 da Lei Complementar 08/2005, segundo o qual *"o servidor que tiver ciência da irregularidade no serviço público é obrigado a dar conhecimento à autoridade e esta a tomar providências, objetivando a apuração dos fatos e irregularidades, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado, ampla defesa"*.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada Sindicância Administrativa para apurar a veracidade dos fatos e possíveis infrações à Lei Complementar nº 08/2005, envolvendo a servidora M.F.D., matrícula 441403, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Designo as servidoras Dra. Renata Alves Cardoso Fagundes, OAB/MG 113.500, Andreia Cristina Gonçalves, matrícula 440135 e Célia Aparecida Moreira, matrícula 439.359, a fim de que, mediante a presidência da primeira e em estrita observância ao procedimento traçado pelos arts. 210 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos, constituam Comissão Sindicante e apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Portaria, relatório conclusivo dos trabalhos realizados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 30 de julho de 2021.

IOLANDA GOMES SUNAHARA

Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 58/2021, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 76/2021. Objeto: Refere-se à Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de Cesta Básica e Kit Alimentação Escolar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Inclusão Social de Monte Carmelo – MG. Com Reserva de Itens e Cota para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 76/2021, modalidade Pregão SRP nº 58/2021 – Tipo: menor preço por lote. **Empresa Habilitada:** M Campos Distribuidora Eireli, CNPJ: 35.988.926/0001-11. Data: 19/07/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 58/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 76/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 76/2021, modalidade Pregão SRP nº 58/2021 – Tipo: menor preço por lote, em favor da Empresa: M Campos Distribuidora Eireli, CNPJ: 35.988.926/0001-11. Data: 21/07/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 58/2021, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 76/2021.** Órgão Gerenciador: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** Ata RP nº 205/2021: M Campos Distribuidora Eireli, CNPJ: 35.988.926/0001-11. **Valor Global:** 660.618,00. **Data:** 22/07/2021. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 59/2021, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 77/2021. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Alinhamento e Balanceamento de Veículos, e Conserto e Reforma de Pneus, para frota de Veículos e Máquinas da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG. Com Cota e Reserva de Itens para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 77/2021, modalidade Pregão SRP nº 59/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Montepel Pneus Ltda; Denipotti & Denipotti Comércio e Recauchutagem de Pneus Ltda. Data: 21/07/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 59/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 77/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 77/2021, modalidade Pregão SRP nº 59/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Montepel Pneus Ltda; Denipotti & Denipotti Comércio e Recauchutagem de Pneus Ltda. Data: 22/07/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 59/2021, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 77/2021.** Órgão Gerenciador: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 206/2021: Montepel Pneus Ltda, CNPJ: 10.837.187/0001-36; Valor: R\$ 280.320,70. Ata RP nº 207/2021: Denipotti & Denipotti Comércio e Recauchutagem de Pneus Ltda, CNPJ: 2.500,00. **Valor Global:** 282.820,70. **Data:** 22/07/2021. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br](http://acesse.www.montecarmelo.mg.gov.br)